

# Cadernos Espinosanos



**ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII**

n. 41 jul-dez 2019 ISSN 1413-6651

IMAGEM Detalhe de *Mulher segurando balança*  
do pintor holandês Johannes Vermeer, óleo sobre tela, data 1662 ou 1663.

## AS MARCAS DO TEMPO E A POLÍTICA MAQUIAVELIANA

Daniel Santos Silva  
Professor, Universidade Estadual do Paraná, Paraná, Brasil  
danidani\_ss@yahoo.com.br

**RESUMO:** O texto articula elementos e conceitos que, na filosofia política de Maquiavel, giram ao redor da força do tempo, ou melhor, da relação dos seres humanos – entendidos como atores políticos, vidas políticas – com as temporalidades que fundam desde o corpo político à sua segurança, ou, ao contrário, favorecem a corrupção, as revoltas e as sedições – provocando, assim, o enfraquecimento ou mesmo o fim da civilidade. Para que a questão seja razoavelmente colocada, faço acompanhar dessas análises a centralidade dos conflitos nessa filosofia política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maquiavel; tempo; corrupção; liberdade; ordenação; conflito.

A investigação política, enquanto constrói seus objetos, apreende dinâmicas pelas quais as imagens de poder se condensam nos imaginários singulares e históricos de cada povo – imagens engendradas pela capacidade humana de ordenar o que afeta sua existência, especialmente no que diz respeito ao tempo. Maquiavel insiste nos caracteres mais essenciais dessa proposta de saber, cuja finalidade é das mais intrincadas porque tenta “fixar” o que por sua natureza é móvel, as paixões humanas e as imagens que lhes dão subsistência em suas relações com o tempo.

Nesse sentido, o tempo é objeto de destaque a ser alcançado também pelo estudo da política e do político. Que papel ele tem na fundação dos corpos políticos? Em sua vida e saúde? O que é a morte de um corpo político? Como evitá-la? Como evitar a morte de seus constituintes? As imagens que circulam ao redor do tempo podem ser causa de desproporções a que a própria política de Maquiavel encarrega-se de opor medidas preventivas e, se possível, remediadoras (em todo caso, ordenadoras). As imagens do bem comum, dos conflitos diversos, da liberdade e das singularidades históricas ensinam-nos a enxergar o devir destrutivo e/ou produtivo sem o que a fundação do corpo político seria como que um “átomo teórico” e impregnado de idealismo – encontramos a singularidade construída de cada estado já como enlace entre história e política.

Se logramos encontrar critérios de “boa sociedade ou governo” na filosofia política de Maquiavel, é preciso saber onde exatamente buscá-los, para que não se tome por saudável o que mortifica e por real o que é aparência; conhecer a natureza humana e as dinâmicas mais importantes da construção e do uso de imagens é indispensável porque o tipo *vulgo* é o mais disseminado entre todo nós, suas raízes estão na con-

dição passional da natureza humana.<sup>1</sup> De modo mais amplo, a proposta de conhecimento inaugurada pelo florentino subverte as esperanças de vermos o poder político aliar-se ao *Bem*, como se este fosse uma entidade conatural à natureza das coisas ou a nossos corações ou razão.

No capítulo xv de *O príncipe*, constantemente são sublinhados os traços do que se põe como o realismo político do filósofo de Florença.<sup>2</sup> Pondo sua obra sob os auspícios da utilidade (observação que retorna nos *Discursos*), Maquiavel, como sabemos, quer lidar com a verdade efetiva das coisas e não com suas imagens.<sup>3</sup> O imaginado não dá o ser (em movimento), senão o dever-ser (falsamente estático), e a inversão de perspectivas perpetrada por muitos culmina antes na sua ruína do que na preservação. São das palavras mais retomadas de sua obra, em grande parte por sacudirem toda pretensão de serenidade imóvel na vida política, o que, por sua vez, nada gera senão corrupção, opressão e engano.

Maquiavel busca mover-se no árido terreno da adesão a valores da nossa parte, de todos nós,<sup>4</sup> apontando a ignorância prática (e teórica)

1 Cf. *O Príncipe*, xviii: “... no mundo não existe senão o vulgo (*vulgo*)...” (MAQUIAVEL, 2017, p. 201).

2 Mais exatamente o trecho: “Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais se viu ou conheceu existirem de verdade. Porque é tanta a distância de como se vive a como se deveria viver, que aquele que deixa o que se faz por aquilo que se deveria fazer mais depressa aprende a ruína do que a sua preservação...” (MAQUIAVEL, 2017, p.183). Para uma acepção geral do tema, Cf. (WINTER, 2006).

3 Cf. *O Príncipe*, xv: “... uma vez que minha intenção foi escrever coisa que seja útil a quem a escutar, pareceu-me mais conveniente ir atrás da verdade efetiva da coisa (*verità effettuale della cosa*) do que da sua imaginação” (MAQUIAVEL, 2017, p. 183).

4 Cf. *O Príncipe*, xv: “Deixando, pois, de lado as coisas imaginadas acerca de um príncipe e discorrendo sobre aquelas que são verdadeiras, digo que *todos os homens*, mormente os príncipes, *por estarem colocados mais acima (per essere posti più alti)*, quando se fala deles sublinham-se algumas das qualidades que lhes acarretam censura ou louvor”

daqueles que imputam e dos que perseguem determinado valor por ele mesmo ou assim imaginam estar agindo. A medida do bom, mostra Maquiavel, é a *necessidade* – e o campo conflituoso da imaginação humana é um cenário de guerra em que a política deve firmar suas trincheiras caso queira ser útil (MAQUIAVEL, 2007a, p.10). Há uma ambivalência operativa das qualidades e dos afetos que é canalizada conforme o que é desejado ou necessitado nas circunstâncias *atuais*: “e assim, este é tido por liberal e aquele por mesquinho (*miserio*)” (MAQUIAVEL, 2017, p. 183).

★★★

Desse modo, o conflito está encarnado nas relações humanas. O privilégio topográfico (“digo que todos os homens, mormente os príncipes, por estarem colocados *mais acima*”) que guiará as análises dos atos dos príncipes não constitui um ponto transcendente de poder (como dele fará Hobbes), antes repõe a semelhança de natureza dos homens no espaço e no tempo como condição mesma do exercício do poder, pois para governar é preciso conhecer o valor político do desejo do povo

(MAQUIAVEL, 2017, p.183). Itálico meu, pois essa topologia imaginativa do poder tem seu lugar na análise, tanto mais porque não há “acima” natural entre os homens, como não haverá para Hobbes e tampouco para Espinosa, existindo ainda em Althusius. Quanto a Espinosa, o mais próximo, a meu ver, de Maquiavel, o fim do parágrafo acima nos remete diretamente à *Ética*, no escólio da proposição 39 da terceira parte: “... cada um, por seu afeto (*ex suo affectu*), julga, ou seja, estima o que é bom, mau, melhor, pior e, por fim, o que é ótimo e o que é péssimo. Assim, o Avaro (*Avarus*) julga a abundância de dinheiro ser o ótimo, e sua escassez, o péssimo” (ESPINOSA, 2015, EIII, prop. 39, p. 299). Maquiavel, neste capítulo xv de *O príncipe*, faz uma observação interessante, após escrever “e assim, este é tido por liberal, aquele por mesquinho (*miserio*)”, e diz respeito ao uso do termo avaro: “mesquinho – para usar um termo toscano, porque avaro (*avaro*) na nossa língua é também aquele que por rapina deseja possuir, ao passo que mesquinho chamamos nós ao que se abstém demasiado de usar o que é seu” (MAQUIAVEL, 2017, p.183).

(não perder a liberdade: desejo em que se plantam imaginações e resistências) e do desejo dos grandes (dominar: imaginações que plantam confrontos mortais no corpo político).<sup>5</sup> Reconhecer o que fundamenta a tensa oposição entre tais desejos é reconhecer a semelhança dos apetites humanos, o que isso implica em formas de resistir à servidão ou impô-la, atentando à indispensável localização situacional do estado e do tempo que determina uns a desejarem isso, outros, aquilo.

As maiores dificuldades referem-se à ordenação dos novos principados, caso no qual a construção da imagem principesca raramente

5 Talvez essa seja uma das maneiras possíveis de interpretar a metáfora topográfica da dedicatória a Lourenço de Médici, antes de iniciar *O príncipe*: “Nem quero que se impute presunção a um homem de baixo e ínfimo estado (*stato*) por se atrever a discorrer e a ditar regras aos governos dos príncipes; porque assim como aqueles que desenham os territórios se põem em baixo, na planície, a avaliar a natureza dos montes e dos lugares altos e, para avaliar a dos lugares baixos, se põem no alto dos montes, assim também, para conhecer bem a natureza dos povos, é preciso ser príncipe e, para conhecer bem a dos príncipes, convém ser do povo” (MAQUIAVEL, 2017, p. 87). É, do ponto de vista político, a adoção de um perspectivismo único capaz de mover-se conforme a maleabilidade de seu objeto, o homem e suas relações políticas, todas imersas no tempo; esse conhecimento, como alimento do estado, é também apontado nos *Discursos*, de forma negativa, porém tão ilustrativa quanto a exposição que percorre *O príncipe*: “O mesmo (a recaída na servidão) ocorre a um povo (*popolo*), que, acostumado a viver submetido ao governo de outros, por não saber defender-se nem atacar nas lides públicas, *por não conhecer os príncipes nem por eles ser conhecido*, logo se submete de novo ao jugo, que na maioria das vezes é mais pesado que o anterior que, pouco antes, ele se arrancara do pescoço” (MAQUIAVEL, 2007b, p. 65, I, 16, grifos nossos). A comparação com o arqueiro é diretamente relacionada à prudência, em *O príncipe*. Cf. MAQUIAVEL, 2017, p. 121, VI. Cf. ARANOVICH, 2013, p. 72; além disso, Cf. LEFORT, 1972, pp. 324-325; na p. 330, o intérprete francês afirma: «*Nous sommes avertis: la nécessité du discours vrai commande à l'écrivain de dire ce que les autres ont passé sous silence, come la nécessité de l'action politique commande au prince de faire ce que l'homme ordinaire est incapable d'accomplir*»; ainda nesta obra, sobre a relevância do lugar do príncipe no momento em que se o torna, cf. LEFORT, 1972, p. 348.

encontra apoio na memória coletiva dos súditos (LEFORT, 1972, p. 334-340). As variáveis discrepam conforme os tempos, mas as determinações do principado em relação à sua força e duração dependem demais da personalização imagética do poder (arte de que trata Maquiavel n’*O príncipe*), estratégia cuja eficiência na República carece de fundamento, como o mostram em variadas ocasiões os *Discursos* (TRINDADE, 2013, p.166). A capacidade de manter-se um passo à frente da fortuna exige conhecimento (prudência) e força (*virtù*), e as ordenações que devem fortalecer o estado são as mesmas que devem guiar as ações políticas do governo e o fomento de imagens e configurações de valores que expressem a adesão ao bem público.

Prudência e virtude não se separam na boa ação política, porque a própria imagem de unidade de que depende a fidelidade dos súditos demanda uma imagem do poder calcada na memória do povo, o que é mais difícil em principados novos (a questão remete à fundação do corpo político). É neles que a força mais deve se manifestar como violência, pois violento sempre é o processo de destruir deliberadamente uma memória e em seu lugar modelar outra: “e, dentre todos os príncipes, ao príncipe novo é impossível fugir ao nome de cruel, por estarem os estados novos (*stati nuovi*) repletos de perigos” (MAQUIAVEL, 2017, p. 193). A violência irruptiva, n’*O príncipe*, cumpre seu papel; não exclui virtude e prudência, necessariamente. Tais qualidades são assimiladas à astúcia e à força, mas igualmente à liberalidade e à piedade – os tempos indicam que rumo tomar, e certa inteligência histórica consegue distinguir no incontível fluxo das coisas o fundo comum que nos autoriza a falar de natureza humana. A ignorância é uma paisagem que pouco se modifica, ao mesmo tempo em que se apoia nos efeitos mais efêmeros e aparentes para seus juízos. Há, pois, tensão entre as necessidades presentes e a força que de-



termina o desejo da *universalità*: entre o urgente e o que dita a urgência (o desejo de não ser oprimido) cabe um mundo de critérios que tiveram de esperar por Maquiavel para serem assumidos politicamente.

Se Maquiavel procura a semelhança fundamental entre os homens e os tempos é para dali sacar a diversidade com que a necessidade se impõe. É da boa constituição política não manipular a memória e as imagens em sintonia *diversa* daquela que favorece o estado: em *História de Florença*, VII, acompanhamos Maquiavel narrar como a discórdia imperava na sua cidade à força de faccionismos, os quais, ao sabor dos interesses de uns poucos, carregavam consigo os desejos populares e os submetiam à lógica contrária à da real utilidade pública. Por outro lado, como em um corpo, as memórias e os hábitos de um estado são tão difíceis de manipular e modificar quanto a memória e os hábitos individuais.<sup>6</sup>

E o mais difícil hábito de ser desentranhado dos homens é o da liberdade. Ela não é exclusivamente ilusão e imagem, mas nada é fora das configurações políticas efetivas. O problema surge com evidência já no V capítulo de *O príncipe*: “De que modo se devem administrar as cidades ou os principados que antes de serem ocupados viviam com suas próprias leis”. Maquiavel oferece prontamente três respostas à questão:

6 Cf. *O Príncipe*, xxv: “E não se encontra nenhum homem tão prudente que se saiba acomodar (*accommodare*) a isto (às mudanças do tempo e do bem): seja porque não se pode desviar daquilo para que a natureza o inclina, seja também porque, tendo alguém prosperado sempre a caminhar por uma via, não se pode persuadi-lo de que seja bom sair dela. E por isso o homem cauteloso (*l'uomo respettivo*), quando para ele é tempo de passar à impetuosidade, não o sabe fazer: por isso arruína-se; porque, se mudássemos de natureza com os tempos e as coisas, não se mudaria de fortuna” (MAQUIAVEL, 2017, p. 247).

pôr a cidade em ruínas; o príncipe ir lá habitar ou, por último, deixar à cidade suas leis próprias, “extraíndo-lhes uma pensão e criando lá dentro um estado de poucos” (MAQUIAVEL, 2017, p. 117). A resistência ao domínio do outro, nessas cidades, não se separa do *vivido* e da liberdade a ele associada, e o tempo *não* expressa fraqueza sendo medida de esquecimento – como exemplifica a respeito dos pisanos, que, após cem anos de servidão imposta pelos florentinos, revoltam-se clamando o nome da liberdade a que eram habituados.

Tais marcas de liberdade não nascem ao acaso; com efeito, existe uma relação intrínseca ao principado que dificulta sempre que a *virtù* de um seja capaz de bem assegurar o estado; a quebra das configurações habituais de um principado – no caso em que o sangue real é extinto – revela antes de tudo um povo atônito que não sabe lidar com a liberdade, pois que a temporalidade mesma de suas vidas corria sob o jugo da obediência, direcionada como que para fora de suas atividades, pois o desejo de não ser oprimido faz dos povos – assim ordenados – realidades frágeis sem a intervenção direta da *virtù* do príncipe.<sup>7</sup>

E eis um dos diferenciais entre república e principado: “...nas repúblicas há mais vida, maior ódio, mais desejo de vingança (*piú desi-*

7 Cf. *O Príncipe*, v: “Mas quando as cidades ou as províncias estão habituadas a viver sob um príncipe e esse sangue é extinto, estando por um lado habituadas a obedecer e não tendo, por outro, o antigo príncipe, não se põem de acordo para fazer um dentre eles, nem sabem viver livres: de modo que tardam mais a pegar em armas e com mais facilidade um príncipe pode ganhá-las e precaver-se delas” (MAQUIAVEL, 2017, p. 119). Em *Discursos*, I, 17, lemos, sobre as cidades corrompidas: “E é de pressupor como grande verdade que uma cidade corrompida (*città corrotta*) que viva sob domínio de um príncipe jamais poderá viver livre depois de morto o príncipe com toda a sua estirpe; aliás, é preciso que um príncipe elimine o outro: e sem criação de um novo senhor ela nunca se aquietará, a não ser que a bondade de um, aliada à *virtù*, a mantenha livre...” (MAQUIAVEL, 2007b, p. 69, I, 17).

*derio di vendetta*): a memória da antiga liberdade não as deixa nem pode deixar repousar; de tal maneira que a via mais segura é aniquilá-las, ou habitar lá” (MAQUIAVEL, 2017, p. 119). A história também é força motriz da liberdade republicana, e se Roma é exemplo privilegiado, um dos motivos é que ela manteve-se, por suas instituições, “aberta à história” (BERNS, 2000). O fundo conflitual da política e a força da história (que identifica *virtù* e ação política frente à fortuna) permanecem operantes em todos os modos de organizar a sociedade, e por tais vias figuramos os pontos cardeais que nos orientam ao desejo de liberdade do povo e às condições de sua concretude; os limites e a eficácia desse desejo de liberdade dependem também de um certo alinhamento imagético do *topos* do poder<sup>8</sup> – mas é possível vislumbrar espaços mais amplos de liberdade quando não lidamos com o *destacamento* da figura do príncipe.

\*\*\*

8 Cf., por exemplo, *Discursos*, I, 25: “Quem desejar reformar o estado de uma cidade, (...) precisará conservar algum vestígio pelo menos dos antigos modos, para que o povo (*popoli*) não tenha a impressão de que a ordenação mudou...; porque o comum dos homens (*universale*) se nutre tanto do que parece ser quanto do que é: aliás, muitas vezes se comovem (*si muovono*) mais com as coisas que parecem ser do que com as que são. (...) E isso deve ser observado por todos quantos queiram eliminar um antigo modo de vida de uma cidade e conduzi-la a uma vida nova e livre (...). É isso, como disse, o que deve ser observado por todo aquele que queira ordenar a vida política, seja por via de república, seja de reino...” (MAQUIAVEL, 2007b, pp. 87-88, I, 25). Cf. LEFORT, 1972, p. 321; o intérprete francês ainda localiza a questão pontualmente de uma forma clara ao contrapor a política de Maquiavel à aristotélica, “*ou celui qui la pose* (a questão política) *et celui qui est censé la prendre en charge auraient seulement à reconnaître la place qui leur est assignée*” – já que o discurso de Aristóteles (o foco é o quinto capítulo da *Política*, em que se buscam formas de conter revoluções constitucionais) condiz com uma realidade e um mundo ordenados (entenda-se, hierarquizados naturalmente, em que cada elemento deve ocupar seu lugar em vistas da harmonia geral das partes), Cf. LEFORT, 1972, p. 347.

Nas três principais obras de Maquiavel, a realidade dos humores de classe reverbera nos conflitos e dissensões que agitam a vida civil, e os casos resgatados na história põem à mesa a diversidade dos tempos em simultâneo à possibilidade de imitação da virtude dos antigos<sup>9</sup> – pensemos no caso, por exemplo, da reforma feita pelos romanos, que após a expulsão dos reis conseguiu manter vestígios da antiga ordenação, formando enfim o estado misto. Isso certamente significa força de autodeterminação política: mais que estar aberta à história, a virtude política assim pensada age *sobre* o próprio tempo, resistindo às investidas da corrupção e deslocando o centro de gravitação da potência civil, retirando-o da cabeça (príncipe) e pondo-o nas instituições.<sup>10</sup> Não se trata

9 “(...) não se podendo manter em tudo as vias dos outros nem alcançar a virtude daqueles a quem tu imitas, um homem prudente deve entrar sempre por vias batidas por grandes homens e imitar aqueles que foram os mais excelentes, a fim de que, se não chegar à sua virtude, dela exale ao menos algum odor” (MAQUIAVEL, 2017, p. 121, VI). Cf. o texto “História e natureza humana em Maquiavel”, dentro do livro *Memória e consciência histórica*, de Emiliano Aquino (AQUINO, 2006, pp. 67-84). Muitas das críticas às ações políticas de sua época passam pela questão da exemplaridade e da imitação, como quando a análise respeita à força das armas e sua ordenação, como em *Discursos*, I, 21, (MAQUIAVEL, 2007b, pp. 79-81), em que se dá o exemplo de Tulo, em Roma, e onde se angaria também um exemplo moderno, o da Inglaterra em sua investida contra a França, em 1513; a apresentação feita ao livro primeiro dos *Discursos* (MAQUIAVEL, 2007b, p. 5-7) é muito esclarecedora, ainda mais porque envolve a fraqueza causada pelo cristianismo, pelo desconhecimento da história antiga e pela dificuldade em imitar as ações e as virtudes dos antigos (valorizando mais um fragmento de estátua, por exemplo).

10 O exemplo, previsivelmente, é de Roma; Cf. *Discursos*, I, 17: “Julgo que era necessário que ou os reis desaparecessem de Roma, ou Roma em curtíssimo tempo se tornaria fraca e de nenhum valor; porque, considerando o grau de corrupção a que haviam chegado aqueles reis, a prosseguirem daquele modo por mais duas ou três sucessões, e se a corrupção que neles havia tivesse começado a espalhar-se pelos membros, uma vez que estes também estivessem corrompidos, teria sido impossível reformá-la. Mas, perdida a cabeça quando o busto ainda estava íntegro, os membros puderam facilmente voltar a viver livres e ordenados” (MAQUIAVEL, 2007b, p. 69). Sobre a relação entre a fundação de Roma, a necessidade e suas boas leis, que a impediram

de submeter o tempo e o movimento das coisas, mas de medi-los pela positividade do desejo de liberdade e, *além disso*, pela profundidade com que ele move a cidade desde a fundação, que parece ser mais consistente à medida que se faz do tempo um aliado (como Roma, que não nasceu com a constituição perfeita, mas a alcançou com sucessivas reformas, o que é discutido nos *Discursos*, I, 2).

Maquiavel relativiza a aliança com o tempo, de qualquer maneira. Ele dá vida à matéria humana, mas inevitavelmente a corrompe – Políbio, sabemos, sustentara a mesma conjectura, mas enquadrava na necessidade a própria história enquanto tal (ordem natural), ao passo que o florentino crava nela a tensão *humana* entre virtude e fortuna, e por isso as circunstâncias devem ser apreciadas através dos hábitos que indicam *o lugar* do desejo de liberdade (matéria) em suas relações com as ordenações civis (forma); para entender a fundo por que as dissensões têm papel inflexivo na filosofia política maquiaveliana, é preciso subsumir matéria e forma à atividade do tempo, que pode tudo corromper e ainda habituar os povos à servidão e à obediência a príncipes. É o que demonstram as “memórias das antigas histórias” (MAQUIAVEL, 2007b, p.64), a natureza humana é poder de flexibilidade, moldada pelo tempo e pelo hábito; simultaneamente, há dificuldade de introduzir e manter a liberdade em um povo acostumado à servidão e à obediência ao príncipe. A rara *virtù* individual de modificar a própria natureza em conformidade com os tempos corresponde aos obstáculos de mudar os hábitos coletivos assinalados pela brutalidade da servidão.<sup>11</sup>

de se corromper até a época dos Gracos, Cf. *Discursos*, I, I (MAQUIAVEL, 2007b, p. 11-12).  
11 Cf. AQUINO, 2006, p. 73: “(...) Maquiavel não pensaria a natureza – no homem – como uma determinação fixa, mas em movimento; não apenas em movimento histórico, segundo as mudanças das circunstâncias e sua determinação sobre os homens,

A “alquimia” possível para a libertação de um povo assim oprimido e subjugado tem seus limites, “porque um povo inteiramente corrompido não pode, nem por breve tempo, viver livre” (MAQUIAVEL, 2007b, p.65). A história propicia a ocasião a ser aproveitada pela virtude de quem ordena ou reforma a cidade – assim, a segurança é um elo que une, no estado, o bem estar de quem comanda e de quem é comandado, e se ela não é garantida no princípio (não apenas em sua inserção no tempo, mas em sua constituição originária que acaba por determinar a temporalidade específica do estado como tempo de liberdade ou substância de corrupção), a primeira ocasião deve ser o suficiente para garanti-la. As ações cruéis de um príncipe, por exemplo, devem ser comprimidas, e isso se relaciona à temporalidade com que operam os afetos mais comuns do povo, a ponto deste ter suspensão, pela admiração, a vulgar linha imaginária que leva a julgar moralmente as ações do poder (em consonância com o desejo de vingança e de liberdade e a inexistência de instituições prontas a politizar os conflitos).

mas segundo a capacidade adquirida pelos homens de mudar sua própria natureza, em sintonia ou não com as circunstâncias”. De forma complementar, mas atinando bem ao papel da *virtù* humana de resistência e esforço frente à fortuna e às circunstâncias, escreve: “Creio que é exatamente aqui nessa relação entra *virtù* e *fortuna*, entre o esforço individual de fazer frente às circunstâncias (ou opondo-se a elas ou adequando-se a elas, conforme lhe for mais favorável) e essas mesmas circunstâncias (quase nunca escolhidas pelo indivíduo) em que aparece de modo nítido o problema da natureza humana em Maquiavel” (AQUINO, 2006, pp. 81-82). Para Hilb (2003, p.130), de modo claro, para Maquiavel “*su objetivo es el de desentrañar a través de la lectura de la historia la gramática profunda de los asuntos humanos, los resortes efectivos de la libertad y la obediencia, las condiciones materiales ideales de la estabilidad de un régimen político*”. Uma interessante introdução – por frisar que não há linearidade nem sentido inatos à história – para a relação entre história e natureza humana está em Duvernoy (1984, pp. 44-79).

Do ponto de vista da temporalidade, é posto, então, que principado e república necessariamente seguem ritmos diversos (o que demandaria aprofundamento) – mas a segurança de qualquer ordenação fia-se no apoio que tem a liberdade ou mesmo na vazão do desejo de vingança, ambas vertentes irradiantes dos *assai*, dos muitos, a quem se faz tantas menções. Imperioso é o exame das circunstâncias e a familiaridade com o desejo do povo que se pretende conquistar<sup>12</sup> ou reformar. Pelo tempo que, em Roma, os reis levaram para corromper-se, pouco da cidade havia sido corrompida – a pouca ou nenhuma corrupção na matéria “foi a razão de os infinitos tumultos ocorridos em Roma não terem prejudicado, mas, ao contrário, favorecido a república, visto que a finalidade dos homens era boa” (MAQUIAVEL, 2007b, p.17).

\*\*\*

Nos primeiros capítulos dos *Discursos*, a relação do poder da cidade com o tempo e a necessidade já não deixa dúvidas quanto aos critérios pelos quais o filósofo avalia os movimentos e as convulsões que sacodem o corpo político e o põem frente a seus próprios limites, os quais também – e eis o sentido da contraposição entre Roma e Esparta (*Discursos*, I, 5 e 6) – necessariamente são incitados à ampliação, plasticidade que só pode ser assentada na guerra e na virtude guerreira. A originalidade que Maquiavel atribui à sua abordagem não é apenas elemento retórico, pois dita, em grande parte, os ritmos que toda a obra

12 Cf. *Discursos*, I, 16: “O príncipe, portanto, que queria conquistar um povo que lhe seja inimigo – em se tratando dos príncipes que se tenham tornado tiranos em sua pátria –, deve examinar primeiro o que o povo (*popolo*) deseja; verá então que ele sempre deseja duas coisas: uma é vingar-se dos que lhe acarretam a servidão, e outra é recobrar a liberdade. O primeiro desejo pode ser satisfeito no todo; o segundo, em parte” (MAQUIAVEL, 2007b, p. 67).

dos *Discursos* segue em busca dos caminhos da liberdade, e é justamente nos tumultos, conflitos e dissensões internos a Roma que o filósofo logra desenhar historicamente as fontes da grandeza da cidade, o que é exequível na teoria na medida em que, pela história, ela não se desvincula da prática e deixa visíveis os efeitos benéficos que surgiram dessas dissensões.

A discussão relaciona-se ao lugar e à intensidade do desejo de liberdade do povo e une, sem problemas de ruptura, a expressão negativa desse desejo à sua efetivação positiva no complexo institucional que, com o tempo, Roma desenvolve. Obviamente, há um movimento histórico profundo que determina a intensidade do desejo de liberdade do povo romano (movimento incluso em sua fundação, mas vivo ainda nas modificações que advieram), mas se há liberdade, vê-se que ela é resultado permanente de um esforço que pode muito bem esmorecer pela ação natural do tempo, do esquecimento e das ambições privadas, exigindo da arte política o emprego ininterrupto das forças do povo naquilo que é de interesse próprio à pátria, o que mostra bem que o antagonismo das classes não é *acidental* – como não o é a boa fortuna romana – e que, bem ordenados, os conflitos que daí surgem promovem uma dinâmica de difícil prática aos povos corrompidos e/ou há muito habituados à servidão, dentre os quais a alquimia da liberdade não logra produzir grandes efeitos.

A inicial negatividade do desejo de não ser oprimido revela uma característica que exprime a positividade da diversidade dos humores que se estende à utilidade primeva do desejo do povo, signo da honestidade de suas pautas: “os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo” (MAQUIAVEL, 2007b, p.23). O que poderia ser visto



e não o foi por muitos, até Maquiavel, requer um novo olhar sobre os efeitos históricos dos conflitos na cidade – e que assume, sem problemas, pressupostos clássicos, como o de que da violência não resulta o bem comum, este produto inexorável das “leis e ordenações benéficas à liberdade pública” (MAQUIAVEL, 2007b, p.22).<sup>13</sup> O caso dos tribunos, em Roma, mostra que os anseios do povo em obter leis favoráveis eclodiam quase sempre em leis afeitas à felicidade de toda a república, o que recoloca a questão do *topos* da ação política, agora não mais pensado a partir exclusivamente da soberania, senão da essencial localização em que se deve depositar a guarda da liberdade pública, aspecto necessário à consciência de todo ordenador prudente que constitui uma república (MAQUIAVEL, 2007b, pp. 23-24). Tal aspecto é intrínseco à temporalidade envolvida pela virtude da cidade – e Maquiavel contrapõe ao exemplo romano, nesse caso, os de Esparta e de Veneza.

Não vejo que entre *O príncipe* e os *Discursos* exista um corte na concepção maquiaveliana a respeito nem da natureza humana, nem das condições de efetividade do poder político, e muito menos um deslocamento na força que a liberdade tem de afetar até as gerações que por ela não brigaram, – pois quando dela/para ela se criam instituições, que juntamente a outras exercem sobre a matéria da cidade a função de memória daquilo que é exigido pela vida livre, a política *vive*, contra o ócio e a corrupção, por exemplo. Bem distante do que pensará Hegel séculos mais tarde, a história, para Maquiavel, apenas efetiva a liberdade no mundo pela força material com que o homem consegue impor a si mesmo o desejo de liberdade, invertendo a função tempo/esqueci-

13 Berns une justamente essa ideia de violência à tentativa de “parar a história”, por meio, por exemplo, da repressão às dissensões. Cf. BERNs, 2000, p. 109.

mento, através de ações políticas que nos deixam em presença, a todo momento, daquilo que é tão valioso a ponto de ser a única coisa a ser protegida acima da vida de cada um – a liberdade que, em termos coletivos, confunde-se com a vida da república assim fundada nos conflitos *civis*.

Nesse sentido, a memória da liberdade é condição do viver livre ou mesmo confunde-se com ele, pois da política apreendemos exatamente que a memória não é apenas lembrança do vivido (e das lutas que aí se deram), mas força de ordenação que chama para a vida civil cada um daqueles que é afetado pelo desejo de liberdade; onde esse desejo se conserva e se reforça institucionalmente, ali deverá estar a guarda da liberdade. O desafio é engajar o povo em tais movimentos necessários, fazê-lo aderir, apesar de outras múltiplas tendências, à política de fortalecimento do interesse comum que deve confundir-se, em última instância, ao seu desejo mais básico positivado, o de liberdade – uma ordenação prudente sabe que a corrupção espreita o vulgo em toda parte, e o vulgo está em toda parte.

O prefácio ao segundo livro dos *Discursos* assume a problemática do tempo e da memória, de *como* conhecemos as coisas antigas e as presentes, mas vai além: aglutina no conhecimento histórico a experiência do que muda e do que permanece, fundando uma *virtù* que pode permanecer apesar do movimento inevitável de todas as coisas humanas – não menos, por outro lado, esse trabalho serve para discriminar o que mais pesa em favor dos antigos: o apego à liberdade.<sup>14</sup>

14 Cf. *Discursos*, II, Proêmio: “E, pensando no modo como tais coisas acontecem, concludo que o mundo sempre foi de um mesmo modo, que nele sempre houve o bom e o mau, mas que há variações entre este mau e este bom, de uma província para outra,

No caso, o que é trabalhado sob o conceito de história não fecha ontologicamente a necessidade à vontade dos homens e suas deliberações, mas impõe um ritmo cuja toada é, sim, dada pelo tempo do devir e da urgência, à medida que os ensinamentos históricos e o conhecimento sobre a natureza humana – sem esquecer a atenção às coisas do presente, modernas – mostram ser a paz absoluta uma quimera que contradiz a realidade efetiva do universo político. Por isso, em parte, as dissensões civis exigem desde o início da análise que nos posicionemos perspectivamente – em outras palavras, que possamos entender em que sentido elas são negativas e agem contra o bem comum ou são positivas e agem contra a corrupção das cidades e de quem as habita: neste último sentido, a boa ordenação civil age, inclusive, “contra” a própria natureza humana e a tendência intergeracional ao esquecimento, sua fraqueza pelo ócio e sua conseqüente tendência à corrupção (daí a importância da refundação, que age contra/com o tempo). Longe, porém, de fazê-lo porque a natureza humana um dia decaiu – isso é ressonância de uma religião que, ela sim, enfraqueceu os homens e os imergiu numa expectativa vazia em torno de outro mundo.

A memória, porém, é quase desprovida de potência libertadora à proporção que se distancia da experiência viva que se tem das variações

conforme se vê pelo conhecimento que temos dos reinos antigos, que variaram de um para o outro de acordo com a variação dos costumes (*costumi*), embora o mundo permanecesse sempre o mesmo” (MAQUIAVEL, 2007b, pp.178-179). Cf. *Discursos*, II, 2: “Nada deu mais trabalho aos romanos, no seu triunfo sobre os povos vizinhos e em parte das províncias distantes, do que o amor que naqueles tempos muitos povos tinham pela liberdade, e estes a defendiam com tanta obstinação que jamais seriam subjugados, senão por excepcional *virtù*. (...) E, enquanto em nosso tempo existe apenas uma província em que se possa dizer que há cidades livres (Alemanha), nos tempos antigos todas as províncias tinham povos totalmente livres” (MAQUIAVEL, 2007b, p. 185-186)

da fortuna e do mal da tirania e impõem-se, assim, afetos e hábitos que tendem a aniquilar a igualdade civil, o que dá vazão, nas novas gerações, à corrupção brutal, que, enfim, motiva mais uma vez a morte de quem ocupa o lugar o poder.<sup>15</sup> Tal delineamento, vê-se, relaciona-se com a vida da memória assim como a fundação relaciona-se com as ordenações do estado: o movimento de tudo que existe é de uma necessidade incontornável, e apenas impondo pelas leis e ordenações uma necessidade contrária tão forte a corrupção e o esquecimento da dor e da liberdade não logram impedir a república de “gerir” sua própria temporalidade, autodeterminando-se.

Não é de se admirar – frente ao desejo efetivo de liberdade – “que os povos se vinguem de maneira extraordinária (*vendette istraordinarie*) daqueles que os privam de liberdade”.<sup>16</sup> O olhar histórico e criterioso de Maquiavel nos faz enxergar as razões pelas quais o amor pela liberdade era tão mais ativo nos antigos do que em seus contemporâneos:

15 Cf. *Discursos*, I, 2: “Quando essa administração passava a seus filhos, que não conheciam as variações da fortuna, nunca tinham experimentado o mal e não queriam satisfazer-se com a igualdade civil, mas tendiam à ganância, à ambição e à usurpação das mulheres, estes faziam que um governo de optimates se tornasse um governo de poucos, sem respeitar a civilidade (*civiltà*) alguma; de tal modo que, em curto tempo, ocorreu-lhes o que havia ocorrido ao tirano; porque, farta de seu governo, a multidão fez-se instrumento de quem quer que tencionasse de algum modo atacar tais governantes, e assim logo surgiu alguém que, com a ajuda da multidão, os matou”(MAQUIAVEL, 2007b, p. 16).

16 Cf. *Discursos*, II, 2: “(...) e assim se vê que com maior ímpeto se vinga a liberdade roubada do que aquela que se quis roubar”(MAQUIAVEL, 2007b, p. 188).

Pensando, portanto, nas razões de, naqueles tempos antigos, os povos serem mais amantes da liberdade do que nestes, concluo que isso se deve à mesma razão que torna os homens menos fortes agora, qual seja, a diversidade que há entre nossa educação e a antiga, fundada na diversidade que há entre a nossa religião e a antiga (MAQUIAVEL, 2007b, p.189).

Não nos espanta, talvez, o liame acima entre a religião e a educação. Porém, o teor desse educar dista muito da educação religiosa concebida modernamente; Maquiavel quer que se alcance a totalidade da vida *civil* dos homens – pois história e vida política são inalienáveis, as duas são instâncias que efetivam a liberdade possível –, enquanto sabe, simultaneamente, que conquistar a real adesão dos homens requer afetá-los o mais profundamente. As ordenações antigas educavam para a glória mundana, a religião constituía mais que uma aliada; no outro polo da comparação, a religião cristã privilegia a humildade e a vida contemplativa (crítica que antecipa em muito Nietzsche). O educar imagético do povo cumpre aqui sua função, detalhe avivado pelo filósofo ao escolher como exemplo pontual da diversidade de caráter das religiões no tempo os traços do terrível, tão atuante nos rituais antigos: “(...) não faltavam pompa nem magnificência às cerimônias, às quais se somava a ação do sacrifício cheio de sangue e ferocidade, em que se matava uma multidão de animais, e cuja visão terrível tornava terríveis também os homens” (MAQUIAVEL, 2007b, p.189).

Da religião/educação antiga às modernas, aquelas do tempo de Maquiavel, um giro fundamental ocorre: a vida ativa e a contemplativa implicam sentidos diversos de resistência política, pois em relação àquela o resistir – assim como o desejo de não ser dominado dos povos – não se define pela passividade unilateral, reativa, é elemento da cotidiana vida política, enquanto para esta o resistir limita-se a “suportar a força

de certas ações”, sem potência inata para realizá-las. Para o filósofo, isso “provém mais da covardia dos homens, que interpretaram a nossa religião segundo o ócio, e não segundo a *virtù*” (MAQUIAVEL, 2007b, p. 190).

## THE MARKS OF TIME AND THE MACHIAVELLIAN POLITICS

ABSTRACT: The text articulates elements and concepts that, in Machiavelli's political philosophy, revolve around the force of time, or rather, the relation of human beings – understood as political actors, political lives – to the temporalities that base the security of political body or, on the contrary, promote corruption, revolts and seditions – thus provoking the weakening or even the end of civility.

KEYWORDS: Machiavelli; time; corruption; freedom; ordination; conflict.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. E. F. (2006). *Memória e consciência histórica*. Fortaleza: EDUECE (Coleção *Argentum nostrum*).

ARANOVICH, P. F. (2013). "O *riscontro*: considerações sobre a política e a história em Maquiavel", In: *Tempo de ciência*, Vol. 20, n. 40, pp. 71-90, segundo semestre.

BERNS, T. (2000). *Violence de la loi à la renaissance. L'originare du politique chez Machiavel et Montaigne*. Paris: Kimé.

DUVERNOY, J. F. (1984). *Para conhecer o pensamento de Maquiavel*. Tradução de Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM.

ESPINOSA, B. (2015). *Ética*. Tradução do Grupo de Estudos Espinosanos. São Paulo: EDUSP.

HILB, C. (2003). "Maquiavelo, la república y la *virtù*", In: *Fortuna y virtud en la república democrática. Ensayos sobre Maquiavelo*. Tomás Várnagy (comp.). Buenos Aires: CLACSO, p. 127-137.

LEFORT, C. (1972). *Le travail de l'oeuvre. Machiavel*. Paris: Gallimard.

MAQUIAVEL, N. (2007a). *História de Florença*. Tradução MF, Rev. técnica Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2007b). *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução MF, Rev. técnica Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2017). *O príncipe*. Ed. Bilingue, tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34.

TRINDADE, G. (2013). “Maquiavel e a dimensão simbólica do poder: fundamentos da teoria democrática de Claude Lefort”, In: *Revista Brasileira de Ciência política*, n. 12, Brasília, p. 155-180, set.-dez.

WINTER, L. M. (2006). “A concepção de estado e de poder político em Maquiavel”, In: *Tempo da ciência*, (13) 25, p. 117 - 128, primeiro semestre.